

2020

Notas Explicativas

Demonstrações Contábeis

2020



Sumário

Lista de Tabelas	3
Apresentação	4
Demonstrações Contábeis.....	5
Balanço Patrimonial	5
Demonstração das Variações Patrimoniais	6
Balanço Orçamentário.....	7
Anexos - Execução de Restos a Pagar	8
Balanço Financeiro.....	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	11
Notas Explicativas	12
1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	12
2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	12
3. Caixa e Equivalente de Caixa	16
4. Créditos a Curto Prazo	16
5. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	17
6. Estoques	17
7. Créditos a Longo Prazo.....	17
8. Imobilizado	20
9. Intangível	21
10. Ajustes de Exercícios Anteriores	21
11. Resultado Patrimonial.....	21
12. Resultado Orçamentário	22
13. Resultado Financeiro	23
14. Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	23

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos	18
Tabela 2 – Dívida Ativa.....	19
Tabela 3 – Ajustes de Perdas de Crédito a LP.....	19
Tabela 4 – Memória de Cálculo para Ajuste de Perda (Dívida Ativa Tributária)	20
Tabela 5 – Memória de Cálculo para Ajuste de Perda (Dívida Ativa Não Tributária).....	20
Tabela 6 – Bens Móveis	20
Tabela 7 – Bens Imóveis	21
Tabela 8 – VPA x VPD.....	22

Apresentação

As Demonstrações Contábeis da SUSEP são compostas pelos Balanços Patrimonial, Balanço e Financeiro, e pelas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), bem como pelas respectivas Notas Explicativas.

O resultado patrimonial apurado neste período foi superavitário em R\$13,4 milhões, sendo que no mesmo período do ano anterior o resultado foi deficitário no valor de R\$18,9 milhões. Esta variação ocorreu principalmente devido ao reconhecimento de receitas oriundas do processo sancionador da SUSEP que realizou um expressivo número de julgados que originaram em Créditos a Receber de Multa Administrativa.

No período apurado, as receitas orçamentárias realizadas somaram a quantia de R\$193,1 milhões, o que representa uma realização de 97,19% do total previsto para o exercício. No que tange as despesas empenhadas, as mesmas perfizeram o montante de R\$237,7 milhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário da ordem de R\$44,6 milhões. Frise-se que desde a vigência da Emenda Constitucional 93/2016, que trata da Desvinculação de Receitas da União, o valor total das Taxas de Fiscalização cobradas pela autarquia sofreu uma redução de 30% pois a referida Emenda desvincula de qualquer despesa até 30% da arrecadação das taxas, contribuições sociais e contribuições de intervenção no domínio econômico. Nesse sentido, desde 2018, vêm ocorrendo déficit orçamentário.

O resultado financeiro apurado foi superavitário em R\$10,5 milhões, basicamente em virtude do maior volume em Transferências Financeiras Recebidas, as quais refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. A variação apurada no período deveu-se ao cumprimento da execução do orçamento no que tange a um maior volume nas inscrições de despesas em Restos a Pagar (despesas do exercício de 2020 que serão pagas no exercício de 2021) e sua consequente necessidade de reserva financeira para fazer jus as tais despesas.

A geração líquida de caixa (resultado financeiro) foi mais impactada pelo fluxo das atividades operacionais, tendo em vista que este saiu de R\$5,5 milhões para R\$13,2 milhões, ou seja, uma variação positiva R\$7,7 milhões.

A seguir são apresentadas as Demonstrações Contábeis, incluindo as respectivas Notas Explicativas.

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial

ATIVO	NE	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE		467.084.594,36	422.318.325,22
Caixa e Equivalentes de Caixa	03	398.565.182,97	388.059.836,25
Créditos a Curto Prazo	04	68.445.227,42	34.213.696,45
Créditos Tributários a Receber		1.295.179,36	978.126,04
Demais Créditos e Valores	05	67.150.048,06	33.235.570,41
Estoques	06	45.926,12	32.897,15
VPDs Pagas Antecipadamente		28.257,85	11.895,37
ATIVO NÃO CIRCULANTE		23.161.490,52	62.587.867,63
Ativo Realizável a Longo Prazo		4.614.730,11	4.740.755,79
Créditos a Longo Prazo	07	4.542.727,10	4.668.752,78
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		84.134.901,52	79.774.031,95
Dívida Ativa Tributária		11.798.037,53	11.803.891,81
Dívida Ativa Não Tributária		1.588.129.050,95	1.574.436.996,58
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		-1.679.519.262,90	-1.661.346.167,56
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		72.003,01	72.003,01
Investimentos		-	-
Imobilizado	08	13.601.704,37	53.915.168,45
Bens Móveis		4.339.906,13	8.795.726,36
Bens Imóveis		9.261.798,24	45.119.442,09
Intangível	09	4.945.056,04	3.931.943,39
Softwares		4.944.630,04	3.931.517,39
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		426,00	426,00
Diferido		-	-
TOTAL DO ATIVO		490.246.084,88	484.906.192,85
PASSIVO		2020	2019
PASSIVO CIRCULANTE		21.670.123,08	27.297.015,70
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		20.508.930,17	25.795.803,09
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo		1.161.192,91	1.501.212,61
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		21.670.123,08	27.297.015,70
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2020	2019
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Resultados Acumulados		468.575.961,80	457.609.177,15
Resultado do Exercício	11	13.449.319,22	-18.894.127,84
Resultados de Exercícios Anteriores		457.609.177,15	476.330.714,45
Ajustes de Exercícios Anteriores	10	-2.482.534,57	172.590,54
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		468.575.961,80	457.609.177,15
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		490.246.084,88	484.906.192,85

Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	NE	2020	2019	AH%	Part%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		549.975.921,22	498.284.271,05	10,4%	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		227.560.135,53	223.317.971,16		8,2%
Impostos		-	1.988,48		0,0%
Taxas		227.560.135,53	223.315.982,68		8,2%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		365.769,63	790.174,81		-0,8%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		365.769,63	790.174,81		-0,8%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		29.652.972,85	33.862.511,49		-8,1%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		3.482.205,00	2.883.588,53		1,2%
Juros e Encargos de Mora		6.581,24	1.519,07		0,0%
Variações Monetárias e Cambiais		-	-		0,0%
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		26.151.272,45	30.962.839,94		-9,3%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		12.914,16	14.563,95		0,0%
Transferências e Delegações Recebidas		226.889.358,91	212.879.757,38		27,1%
Transferências Intragovernamentais		226.847.804,16	210.846.950,50		31,0%
Outras Transferências e Delegações Recebidas		41.554,75	2.032.806,88		-3,9%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		8.563.906,01	34.287.949,45		-49,8%
Reavaliação de Ativos		3.156.370,91	33.792.871,38		-59,3%
Ganhos com Desincorporação de Passivos		5.407.535,10	495.078,07		9,5%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		56.943.778,29	(6.854.093,24)		123,4%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		5.751,21	-		0,0%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		56.938.027,08	(6.854.093,24)		123,4%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		536.526.602,00	517.178.398,89	3,7%	
Pessoal e Encargos		139.113.729,88	142.817.606,03		-19,1%
Remuneração a Pessoal		109.978.855,23	119.671.281,69		-50,1%
Encargos Patronais		22.269.723,34	18.641.365,46		18,8%
Benefícios a Pessoal		2.448.446,75	3.552.898,19		-5,7%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		4.416.704,56	952.060,69		17,9%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		86.480.424,85	87.046.520,42		-2,9%
Aposentadorias e Reformas		65.769.072,34	67.871.033,51		-10,9%
Pensões		19.570.505,77	18.993.604,28		3,0%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.140.846,74	181.882,63		5,0%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		9.243.380,79	12.165.965,04		-15,1%
Uso de Material de Consumo		15.279,74	185.781,04		-0,9%
Serviços		8.088.657,39	10.178.344,93		-10,8%
Depreciação, Amortização e Exaustão		1.139.443,66	1.801.839,07		-3,4%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		1.822.935,16	1.231.555,90		3,1%
Juros e Encargos de Mora		1.403,26	3.144,27		0,0%
Descontos Financeiros Concedidos		1.821.531,90	1.228.411,63		3,1%
Transferências e Delegações Concedidas		281.288.624,68	240.738.878,74		209,6%
Transferências Intragovernamentais		241.144.878,92	238.384.340,96		14,3%
Transferências ao Exterior		468.358,40	321.730,90		0,8%
Outras Transferências e Delegações Concedidas		39.675.387,36	2.032.806,88		194,6%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		18.206.617,30	32.705.208,78		-74,9%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		18.178.846,55	32.641.314,87		-74,7%
Desincorporação de Ativos		27.770,75	63.893,91		-0,2%
Tributárias		368.985,76	450.358,99		-0,4%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		101.750,63	121.618,53		-0,1%
Contribuições		267.235,13	328.740,46		-0,3%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-		0,0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1.903,58	22.304,99		-0,1%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		1.903,58	22.304,99		-0,1%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	11	13.449.319,22	-18.894.127,84	-1,71	

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		198.692.328,00	198.692.328,00	193.114.195,79	-5.578.132,21
Receitas Tributárias		162.671.357,00	162.671.357,00	159.076.739,01	-3.594.617,99
Taxas		162.671.357,00	162.671.357,00	159.076.739,01	-3.594.617,99
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Receita Patrimonial		30.369.330,00	30.369.330,00	26.443.629,17	-3.925.700,83
Exploração do Patrimônio Imobiliário		863.753,00	863.753,00	365.725,63	-498.027,37
Valores Mobiliários		29.505.577,00	29.505.577,00	26.077.859,54	-3.427.717,46
Demais Receitas Patrimoniais		-	-	44,00	44,00
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		10.767,00	10.767,00	12.914,16	2.147,16
Serviços e Atividades Financeiras		10.767,00	10.767,00	12.914,16	2.147,16
Transferências Correntes		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes		5.640.874,00	5.640.874,00	7.580.913,45	1.940.039,45
Multas Administrativas e Outras		5.591.756,00	5.591.756,00	7.529.237,90	1.937.481,90
Indenizações, Restituições e Ressarc.		-	-	785,47	785,47
Demais Receitas Correntes		49.118,00	49.118,00	50.890,08	1.772,08
RECEITAS DE CAPITAL		829.248,00	829.248,00	-	-829.248,00
Operações de Crédito		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		829.248,00	829.248,00	-	-829.248,00
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		199.521.576,00	199.521.576,00	193.114.195,79	-6.407.380,21
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		199.521.576,00	199.521.576,00	193.114.195,79	-6.407.380,21
DEFICIT	12	-	-	44.647.839,24	44.647.839,24
TOTAL		199.521.576,00	199.521.576,00	237.762.035,03	38.240.459,03
CRÉDITOS ADICIONAIS - SUPERAVIT		-	-	-	-
CRÉDITOS ADICIONAIS - EXCESSO ARRECAD.		-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		213.592.994,00	247.403.089,00	235.450.729,55	232.183.542,52	218.942.662,13	11.952.359,45
Pessoal e Encargos Sociais		194.677.836,00	228.331.280,00	221.323.414,73	219.968.623,31	207.042.146,57	7.007.865,27
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		18.915.158,00	19.071.809,00	14.127.314,82	12.214.919,21	11.900.515,56	4.944.494,18
DESPESAS DE CAPITAL		2.698.584,00	2.320.557,00	2.311.305,48	1.632.275,11	1.632.275,11	9.251,52
Investimentos		2.698.584,00	2.320.557,00	2.311.305,48	1.632.275,11	1.632.275,11	9.251,52
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		73124900	73124900	-	-	-	73124900
SUBTOTAL DAS DESPESAS	12	289.416.478,00	322.848.546,00	237.762.035,03	233.815.817,63	220.574.937,24	85.086.510,97
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFIN.		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		289.416.478,00	322.848.546,00	237.762.035,03	233.815.817,63	220.574.937,24	85.086.510,97
TOTAL		289.416.478,00	322.848.546,00	237.762.035,03	233.815.817,63	220.574.937,24	85.086.510,97

Anexos - Execução de Restos a Pagar

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/DEZ DO EXERC.ANT.	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	396.917,76	1.879.475,26	1.130.104,49	1.130.104,49	396.917,76	749.370,77
Pessoal e Encargos Sociais	179.502,29	640.687,01	193.002,94	193.002,94	179.502,29	447.684,07
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	217.415,47	1.238.788,25	937.101,55	937.101,55	217.415,47	301.686,70
DESPESAS DE CAPITAL	-	271.596,04	179.319,66	179.319,66	-	92276,38
Investimentos	-	271.596,04	179.319,66	179.319,66	-	92276,38
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	396.917,76	2.151.071,30	1.309.424,15	1.309.424,15	396.917,76	841.647,15

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/DEZ DO EXERC.ANT.	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	13.776.184,49	13.776.184,49	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	13.456.240,56	13.456.240,56	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	319.943,93	319.943,93	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	13.776.184,49	13.776.184,49	-	-

Balanço Financeiro

INGRESSOS	NE	2020	2019
Receitas Orçamentárias	13	193.114.195,79	196.080.294,68
Ordinárias			-
Vinculadas		195.103.593,41	198.716.800,45
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		195.103.593,41	198.716.800,45
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-1.989.397,62	-2.636.505,77
Transferências Financeiras Recebidas	13	226.847.804,16	210.846.950,50
Resultantes da Execução Orçamentária		224.263.108,48	209.152.487,09
Repasse Recebido		224.263.108,48	209.152.487,09
Independentes da Execução Orçamentária		2.584.695,68	1.694.463,41
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		340859,79	284,42
Demais Transferências Recebidas		190802,44	177.055,62
Movimentação de Saldos Patrimoniais		2.053.033,45	1.517.123,37
Recebimentos Extraorçamentários	13	85.785.327,77	83.710.763,93
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		13.240.880,39	13776184,49
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		4.146.487,74	2.228.511,06
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		63.935,94	441.162,85
Outros Recebimentos Extraorçamentários		68.334.023,70	67.264.905,53
Arrecadação de Outra Unidade		68.334.023,70	67.264.905,53
Saldo do Exercício Anterior		388.059.836,25	383.816.807,76
Caixa e Equivalentes de Caixa		388.059.836,25	383.816.807,76
TOTAL		893.807.163,97	874.454.816,87
DISPÊNDIOS		2020	2019
Despesas Orçamentárias	13	238.911.526,59	231.980.952,56
Ordinárias		15.653.230,65	13.689.539,64
Vinculadas		223.258.295,94	218.291.412,92
Seguridade Social (Exceto Previdência)		4.574.811,42	
Previdência Social (RPPS)		68.001.981,89	40644287
Dívida Pública		12.837.880,42	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		137.843.622,21	177.647.125,92
Transferências Financeiras Concedidas	13	241.144.878,92	238.378.823,06
Resultantes da Execução Orçamentária		3.834.992,47	5.745.130,91
Repasse Concedido		2.896.395,04	3.853.681,52
Repasse Devolvido		938.597,43	1891449,39
Independentes da Execução Orçamentária		237.309.886,45	232.633.692,15
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		87.889,12	0,20
Movimento de Saldos Patrimoniais		237.221.997,33	232.633.691,95
Pagamentos Extraorçamentários	13	15.185.575,49	16.035.205,00
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		13.776.184,49	13532494,76
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.345.455,06	2.056.029,49
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		63.935,94	441.162,85
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	5.517,90
Saldo para o Exercício Seguinte		398.565.182,97	388.059.836,25
Caixa e Equivalentes de Caixa		398.565.182,97	388.059.836,25
TOTAL		893.807.163,97	874.454.816,87

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	NE	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		13.195.606,06	5.503.394,39
INGRESSOS		488.359.959,59	473.551.815,44
Receita Tributária		159.076.739,01	156.532.006,31
Receita Patrimonial		365.769,63	790.174,81
Receita de Serviços		12.914,16	14.563,95
Remuneração das Disponibilidades		26.077.859,54	30.372.447,40
Outras Receitas Derivadas e Originárias		7.580.913,45	7.289.604,09
Transferências Recebidas		-	-
Outros Ingressos Operacionais		295.245.763,80	278.553.018,88
Ingressos Extraorçamentários		63.935,94	441.162,85
Transferências Financeiras Recebidas		226.847.804,16	210.846.950,50
Arrecadação de Outra Unidade		68.334.023,70	67.264.905,53
DESEMBOLSOS		-475.164.353,53	-468.048.421,05
Pessoal e Demais Despesas		-213.363.888,73	-211.897.922,74
Administração		-127.763.919,22	-125.873.400,27
Previdência Social		-85.125.560,49	-85.686.395,07
Educação		-106.587,56	-24.152,70
Encargos Especiais		-367.821,46	-313.974,70
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-20.591.649,94	-17.324.994,50
Intragovernamentais		-20.123.291,54	-17.003.263,60
Outras Transferências Concedidas		-468.358,40	-321.730,90
Outros Desembolsos Operacionais		-241.208.814,86	-238.825.503,81
Dispêndios Extraorçamentários		-63.935,94	-441.162,85
Transferências Financeiras Concedidas		-241.144.878,92	-238.378.823,06
Demais Pagamentos		-	-5.517,90
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-2.690.259,34	-1.260.365,90
INGRESSOS		-	1081498,12
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Emp./Finan.Concedidos		-	1081498,12
DESEMBOLSOS		-2.690.259,34	-2.341.864,02
Aquisição de Ativo Não Circulante		-594.852,42	-414.715,78
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-878.664,57	-920.289,60
Outros Desembolsos de Investimentos		-1.216.742,35	-1.006.858,64
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dep.		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13	10.505.346,72	4.243.028,49
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		388.059.836,25	383.816.807,76
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		398.565.182,97	388.059.836,25

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	NE	Pat. Social / Capital Social	AFAC	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial – 31/12/2019			-	-	-	-	-	457.609.177,15	-	457.609.177,15
Variação Cambial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	10	-	-	-	-	-	-	-2.482.534,57	-	(2.482.534,57)
Aumento/Redução de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	-	13.449.319,22	-	13.449.319,22
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final – 31/03/2020			-	-	-	-	-	468.575.961,80	-	468.575.961,80

Notas Explicativas

1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis da SUSEP são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria, conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986, exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da SUSEP, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real. Não há saldos em moeda estrangeira.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

Não houve registro de Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo no período em análise.

Estoques

Compreendem os bens em almoxarifado, que são avaliados e registrados pelo valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há também a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante utilização das contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) dívida ativa, (ii) empréstimos e financiamentos concedidos e (iii) investimentos temporários. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Ajuste para perdas da dívida ativa

Os créditos sob supervisão da Procuradoria Federal junto à SUSEP (PF-SUSEP) são atualizados por meio de relatório mensal extraído de sistema sob a responsabilidade da PF-SUSEP. Utilizamos como Metodologia de Cálculo da Provisão para perdas da dívida ativa o histórico de recebimentos de crédito, onde a determinação do cálculo é que se encontre a média ponderada das receitas dos três últimos exercícios dividido pela média ponderada do estoque de dívida dos três últimos exercícios.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da SUSEP é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação passa a ser considerada no mesmo dia em que o bem é colocado em condições de uso.

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da SUSEP são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para SUSEP e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a SUSEP, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da SUSEP segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

De acordo com o art. 58 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, o empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da SUSEP.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da SUSEP, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3. Caixa e Equivalente de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda depositados na conta única no Banco Central do Brasil.

4. Créditos a Curto Prazo

Os “Créditos Tributários a Receber” são aqueles referentes ao registro das Taxas de Fiscalização a receber do mercado segurador. A arrecadação da Taxa de Fiscalização é a principal fonte de receita de SUSEP e possui baixa inadimplência.

5. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os demais créditos a receber são constituídos basicamente por “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo” que correspondem às multas administrativas a receber, respondendo por 99,26% do total desse grupo.

Em 2020, a área de Julgamentos passou a encaminhar um número maior de processos para a arrecadação gerando um aumento significativo nos créditos a receber de multas administrativas, o que justificou o percentual de 102% de aumento nesta conta. Além disso, houve um esforço adicional da área de julgamentos o que acabou resultando em uma quantidade maior de processos realizados.

6. Estoques

Houve aumento nos estoques de almoxarifado da SUSEP no montante de 40% justificado pela aquisição de matérias de consumo para a prevenção da Covid-19.

7. Créditos a Longo Prazo

Os Créditos a Longo Prazo estão constituídos conforme informações a seguir:

Empréstimos e Financiamentos concedidos

Os Empréstimos e Financiamentos Concedidos correspondem aos valores emprestados às entidades supervisionadas em regime de liquidação, atualizados, mensalmente, pela Coordenação de Arrecadação e Finanças da SUSEP, utilizando-se o IPCA15 como índice de atualização, conforme IN SUSEP Nº 93, de 21 de dezembro de 2018.

Tabela 1 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos

LIQUIDANDAS	PLANILHA	PRINCIPAL	CORREÇÃO	TOTAL
AJAX CIA. NACIONAL DE SEGUROS	AJAX	4.414.535,48	358.841,34	4.773.376,82
ALIANÇA RIOGRANDENSE	ALIANÇA	879,83	71,52	951,35
AVS SEGURADORA S/A	AVS	6.955.772,56	535.262,56	7.491.035,12
CARIOCA SEGURADORA S.A.	CARIOCA	1.796.342,72	146.018,09	1.942.360,81
CASTELO COSTA CIA. DE SEGUROS	CASTELO	1.485.524,49	120.752,82	1.606.277,31
CIA. ÂNCORA DE SEGUROS GERAIS	ÂNCORA	1.616.001,25	131.358,80	1.747.360,05
CIA. DE SEGUROS CRUZEIRO DO SUL	CRUZEIRO	3.765.781,19	306.106,50	4.071.887,69
CIA. DE SEGUROS MONARCA	MONARCA	1.450.355,97	117.894,10	1.568.250,07
CIA.INTERNACIONAL DE SEGUROS	INTERNACIONAL	1.944.567,17	158.066,71	2.102.633,88
COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS	MUTUAL	221.377,40	43.097,60	264.475,00
EDEL SEGURADORA	EDEL	3.058.824,76	248.640,61	3.307.465,37
EMPRESARIAL DE PREVIDENCIA PRIVADA	EMPRESARIAL	2.341.633,32	190.342,76	2.531.976,08
FEZ PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	FEZ	216.367,22	17.587,70	233.954,92
GNPP PROVIDA SEGURADORA	GNPP	2.978.565,66	242.116,64	3.220.682,30
MONTEPIO DA FAMÍLIA MILITAR	MONTEPIO	2.110.067,95	171.519,66	2.281.587,61
NOVA YORK CIA. DE SEGUROS	NOVA YORK	10.912.360,83	849.969,62	11.762.330,45
PATRIMONIAL DE SEGUROS GERAIS	PATRIMONIAL	9.357.623,79	760.646,80	10.118.270,59
PLANALTO CIA. DE SEGUROS GERAIS	PLANALTO	2.458.007,91	199.802,42	2.657.810,33
PREFERENCIA CIA. DE SEGUROS	PREFERENCIA	2.073.465,99	168.544,42	2.242.010,41
PREVBRAS SOC. NACIONAL DE PREVIDÊNCIA	PREVBRAS	5.353.210,57	433.815,28	5.787.025,85
SÃO PAULO CIA. NACIONAL DE SEGUROS	SÃO PAULO	7.437.323,37	604.552,65	8.041.876,02
SDB COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	SDB	1.080.932,77	87.865,05	1.168.797,82
SEGURANÇA CIA. DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA	SEGURANÇA CIA	436.736,20	35.500,68	472.236,88
SEGURANÇA IND. CIA. NAC. DE SEGUROS	SEGURANÇA IND.	1.633.891,67	132.813,04	1.766.704,71
SULINA SEGURADORA S/A	SULINA	2.750.024,69	223.539,39	2.973.564,08
TOTAL GERAL		77.850.174,76	6.284.726,76	84.134.901,52

Fonte: Divisão de Execução Financeira da SUSEP (DIFIN).

Dívida Ativa

Em Dívida Ativa Tributária são registrados os valores a receber referentes às taxas de fiscalização cobradas das entidades supervisionadas, enquanto que na Dívida Ativa Não-Tributária registram-se os valores a receber referentes às multas cobradas das entidades supervisionadas, aos empréstimos a entidades supervisionadas em regime de liquidação e aos ressarcimentos ao erário, todos na esfera judicial.

Os valores nessas contas são atualizados, mensalmente, tendo por base os valores constantes em relatórios emitidos pela Procuradoria Federal da SUSEP.

Evidencia-se que existe limitação no sistema de dívida ativa da SUSEP, que atualmente não se comunica com o sistema de arrecadação da SUSEP e, tampouco, com o controle dos créditos a receber dos recursos emprestados às seguradoras em regime de liquidação, possibilitando, portanto, a existência de saldos duplicados e outros problemas correlatos.

A variação apontada pela análise horizontal (AH) ocorre, basicamente, pelas correções dos créditos inscritos em dívida ativa nos relatórios sob responsabilidade da Procuradoria Federal Especializada junto à Autarquia. Isso porque as informações ora apresentadas contemplam apenas os créditos inscritos até o mês de abril de 2017, tendo em vista que, desde maio de

2017, a inscrição de novas dívidas passou a ser realizada pela Equipe Nacional de Cobrança (ENAC), da Procuradoria-Geral Federal (PGF).

Por meio da Portaria nº 7.757, de 3 de fevereiro de 2021 foi criado um grupo de trabalho para mapeamento de fluxo desse processo, visando a criação do sistema de Gestão de Créditos da SUSEP.

Tabela 2 – Dívida Ativa

Contas	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Dívida Ativa Tributária	11.798.037,53	11.803.891,81	-0,05
Juros e Multas da Taxa de Fiscalização	8.012.859,93	7.987.529,15	0,32
Valor Originário da Taxa de Fiscalização	3.785.177,60	3.816.362,66	-0,82
Dívida Ativa Não Tributária	1.588.129.050,95	1.574.436.996,58	0,87
Juros e Multas do Empréstimo às Massas	14.439.583,46	14.246.869,61	1,35
Valor Originário do Empréstimo às Massas	7.796.033,82	7.826.935,46	-0,39
Juros e Multas da Multa Pecuniária	992.732.789,46	977.970.286,25	1,51
Valor Originário da Multa Pecuniária	572.683.870,05	573.924.922,86	-0,22
Juros e Multas do Ressarcimento ao Erário	176.713,86	167.922,10	5,24
Valor Originário do Ressarcimento ao Erário	300.060,30	300.060,30	0,00
Total	1.599.927.088,48	1.586.240.888,39	0,86

Fonte: Tesouro Gerencial

Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo

A conta de Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo contempla os valores, atualizados anualmente, dos Ajustes para Perdas em Empréstimos, em Dívida Ativa Tributária e em Dívida Ativa Não Tributária.

A metodologia de cálculo da Provisão para Perda com Dívida Ativa Tributária, Não Tributária e Empréstimos Concedidos a Longo Prazo tem por base o histórico de receitas da autarquia. Consiste em apurar a média ponderada das receitas dos três últimos exercícios dividida pela média ponderada do estoque de dívida dos três últimos exercícios.

Tabela 3 – Ajustes de Perdas de Crédito a LP

Contas	31/12/2020
Ajuste de Perdas – Emprést.e Financ.	-79.957.227,65
Ajuste de Perdas - Dívida Ativa Tributária	-11.796.561,89
Ajuste de Perdas - Dívida Ativa Não Tributária	-1.587.765.473,36
Total	-1.679.519.262,90

Fonte: SIAFI.

A metodologia empregada foi a orientada pelo então Coordenador de Análise Contábil da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda em 07 de abril de 2016, e cuja memória de cálculo do **último registro efetuado** segue abaixo:

Tabela 4 – Memória de Cálculo para Ajuste de Perda (Dívida Ativa Tributária)

Contas	2018	2019	2020	MÉDIA
Receitas	2.411,69	1.988,48	0	1.466,72
Estoque	11.578.344,78	11.803.891,81	11.798.037,53	11.726.758,04
Ajuste de Perda de Crédito %				99,99
Ajuste de Perda de Crédito R\$				11.796.561,89

Tabela 5 – Memória de Cálculo para Ajuste de Perda (Dívida Ativa Não Tributária)

Contas	2018	2019	2020	MÉDIA
Receitas	267.121,38	542.172,02	269.050,84	359.448,08
Estoque	1.547.707.299,86	1.574.436.996,58	1.588.129.050,95	1.570.091.115,80
Ajuste de Perda de Crédito %				99,98
Ajuste de Perda de Crédito R\$				1.587.765.473,36

8. Imobilizado

O Imobilizado da SUSEP está segregado em dois grupos: bens móveis e bens imóveis.

Bens Móveis

Os Bens Móveis da SUSEP estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 6 – Bens Móveis

Contas	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	807.226,29	1.007.850,47	-19,91
Bens de Informática	7.273.280,34	10.207.634,04	-28,75
Móveis e Utensílios	2.991.019,28	3.534.038,01	-15,37
Material Cultural e de Comunicação	123.376,12	205.162,20	-39,86
Veículos	3.445,00	3.445,00	0,00
Demais Bens Móveis	57.341,31	172.188,23	-66,70
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	-6.915.782,21	-6.334.591,59	9,17
Total	4.339.906,13	8.795.726,36	-50,66

Fonte: SIAFI.

Ressalta-se que, atualmente, ocorre diferença entre os registros de bens móveis no sistema de controle de bens móveis da SUSEP (CBEM) e no SIAFI devido a limitações no atual sistema. Sobre isso, a área de patrimônio da SUSEP está realizando um inventário anual para sanar tais diferenças para a implantação do SIADS.

Sobre a variação observada, durante o exercício de 2020 foi processado no SIAFI um total de R\$ 4 milhões em baixas de bens que foram doados em anos anteriores, bem como foi colocado em trânsito um total de R\$ 344 mil em bens doados, o que justificou o percentual de -50,66% no total dos bens móveis.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da SUSEP estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 7 – Bens Imóveis

Contas	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Bens de Uso Especial	12.970.441,53	48.840.670,62	-73,44
Instalações	32.762,00	0	-
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	31.840,00	0	-
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	-3.773.245,29	-3.721.228,53	1,40
Total	9.261.798,24	45.119.442,09	-79,47

Fonte: SIAFI.

No exercício de 2019, a reavaliação dos bens imóveis da autarquia resultou em um significativo aumento patrimonial naquele exercício, e no exercício de 2020 foram doados 2 (dois) imóveis para o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ, o que explica a variação ora apresentada.

9. Intangível

O Ativo Intangível da SUSEP é composto basicamente por softwares, classificados atualmente em “vida útil indefinida”, conforme consulta interna ao Departamento de Tecnologia da Informação (DETI) da autarquia.

10. Ajustes de Exercícios Anteriores

Os Ajustes de Exercícios Anteriores compõem a seção de Resultados Acumulados do Balanço Patrimonial, juntamente com o Resultado do Exercício e os Resultados de Exercícios anteriores, e registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Em relação ao ajuste realizado em 2020, no valor de R\$ 2,4 milhões, R\$ 1,0 milhão refere-se ao registro da baixa do saldo de 13º salário a pagar relativo ao exercício de 2019 e R\$ 1,4 milhões refere-se a baixa de bens doados em exercícios anteriores, não processados na contabilidade.

11. Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD), a saber:

Tabela 8 – VPA x VPD

Contas	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	549.975.921,22	498.284.271,05	10,37
Variações Patrimoniais Diminutivas	-536.526.602,00	-517.178.398,89	3,74
Total	13.449.319,22	-18.894.127,84	-171,18

Fonte: SIAFI.

O resultado patrimonial apurado neste período foi superavitário em R\$13,4 milhões, apresentando uma variação de 171,18% em relação ao mesmo período do ano anterior, no qual o resultado foi deficitário no valor de R\$18,9 milhões.

Analisando-se a Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP (página 6), observa-se que a variação apontada no parágrafo acima ocorreu majoritariamente devido à diferença de saldos em 3 (três) grupos:

- ✓ “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”, que representa o saldo da conta “Créditos a Receber Decorrentes de Infrações”, teve variação positiva, justificado por um maior volume de julgamentos de multas no período analisado.
- ✓ “Valorização e Ganhos c/Ativos”, com variação negativa, já que as reavaliações realizadas em 2019 aumentaram o resultado daquele exercício.
- ✓ “Outras Transferências e Delegações Concedidas”, que apresentou variação positiva, representada pelas das doações de bens móveis realizadas no período.

12. Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista o critério estabelecido no art. 35 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

No período apurado as receitas orçamentárias realizadas montaram a quantia de R\$193,1 milhões, enquanto as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$237,7 milhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário da ordem de R\$44,6 milhões.

De acordo com informações extraídas do Balanço Orçamentário, o empenho de despesas representou 93,84% da dotação atualizada para o exercício, enquanto a realização de receitas no período em análise alcançou 97,19% da previsão atualizada de arrecadação.

Cabe ressaltar que, devido à Emenda Constitucional 93/2016, que trata da desvinculação de Receitas da União, o montante arrecadado por Taxas de Fiscalização cobradas pela autarquia sofre uma redução de 30% no valor total arrecadado. A emenda concede a permissão para

que a União utilize livremente parte de sua arrecadação de todos os impostos e contribuições sociais federais,

13. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apurado foi superavitário em R\$10,5 milhões, basicamente em virtude do maior volume em Transferências Financeiras Recebidas, as quais refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. A variação apurada no período deveu-se ao cumprimento da execução do orçamento no que tange a um maior volume nas inscrições de despesas em Restos a Pagar (despesas do exercício de 2020 que serão pagas no exercício de 2021) e sua consequente necessidade de reserva financeira para fazer jus as tais despesas.

14. Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Na SUSEP, em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” é igual ao “Resultado Financeiro”.



Demonstrações Contábeis 2020



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

VOTO ELETRÔNICO Nº 19/2021/SUPERINTENDENTE

Senhores membros do Conselho Diretor,

Trata o presente processo das Demonstrações Contábeis da SUSEP e suas Notas Explicativas, referentes ao exercício de 2020, elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 1967, do Decreto nº 93.872, de 1986, da Lei nº 10.180, de 2001 e da Lei Complementar nº 101, de 2000. As demonstrações observam, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis, também denominadas “Demonstrações Financeiras”, são apresentações estruturadas da posição patrimonial e financeira em determinado período, compostas por: Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

É o suscito relatório. Passo ao voto.

VOTO

O **resultado patrimonial** apurado neste período foi superavitário em R\$13,4 milhões, sendo que no mesmo período do ano anterior o resultado foi deficitário no valor de R\$18,9 milhões. Esta variação ocorreu principalmente devido ao reconhecimento de receitas oriundas do processo sancionador da SUSEP que realizou um expressivo número de julgados que originaram em Créditos a Receber de Multa Administrativa.

No que tange ao **balanço orçamentário**, no período apurado, as receitas orçamentárias realizadas somaram a quantia de R\$193,1 milhões, o que representa uma realização de 97,19% do total previsto para o exercício. Já as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$237,7 milhões, sendo que o empenho das despesas representou 93,84% da dotação atualizada para o exercício. Frise-se que com a vigência da Emenda Constitucional 93/2016, que trata da Desvinculação de Receitas da União, desde 2018 vem ocorrendo déficit orçamentário na medida em que o valor total das Taxas de Fiscalização cobradas pela autarquia sofreu uma redução já que a referida Emenda desvincula de qualquer despesa até 30% da arrecadação das taxas, contribuições sociais e contribuições de intervenção no domínio econômico.

O **resultado financeiro** apurado foi superavitário em R\$10,5 milhões, basicamente em virtude do maior volume em Transferências Financeiras Recebidas, as quais refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Isso representou um aumento de 147%, se comparado ao valor de R\$ 4,2 milhões exercício anterior (SEI 0662748, p.10)

VOTO: Por todo o exposto e, considerando a competência deste Conselho prevista no art. 9º, inciso V da Resolução CNSP nº 374, de agosto de 2019, submeto à apreciação desse Colegiado as Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas, referentes ao exercício de 2020 da Susep (Documento Sei 0967177) para aprovação e posterior envio ao Tribunal de Contas da União por meio do Relatório de Gestão de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **SOLANGE PAIVA VIEIRA (MATRÍCULA 1296472)**, **Superintendente da Susep**, em 19/03/2021, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0967193** e o código CRC **CE723873**.

Referência: Processo nº 15414.623188/2019-92

SEI nº 0967193



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

TERMO DE JULGAMENTO ELETRÔNICO Nº 47/2021/SECON/GABIN/SUPERINTENDENTE/SUSEP

O Conselho Diretor da Superintendência de Seguros Privados-Susep, em reunião ordinária eletrônica realizada em 18 de março de 2021, considerando o VOTO ELETRÔNICO Nº 19/2021/SUPERINTENDENTE (0967193) decidiu, **por unanimidade**, aprovar as Demonstrações Contábeis da Susep e suas Notas Explicativas referentes ao exercício de 2020 (0967177).

Participaram do julgamento a Superintendente Solange Paiva Vieira e os Diretores Igor Lins da Rocha Lourenço, Rafael Pereira Scherre, Vinicius Rattton Brandi e Eduardo Fraga Lima de Melo.

À AUDIT para ciência e ao DEAFI para conhecimento e prosseguimento no âmbito de suas competências.



Documento assinado eletronicamente por **CASSIANA RUFATO CARDOSO (MATRÍCULA 3171482)**, **Chefe de Gabinete**, em 24/03/2021, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0968298** e o código CRC **897F1685**.